jornal da lei

Mutirão incentiva paternidade para além do papel na Capital

Entre 2020 e 2025, 770 mil bebês foram registrados sem nome do pai no País

/ DIREITO CIVIL

Luana Pazutti
luana.pazutti@jcrs.com.br

BRENO BAUER/JC

Meu Pai Tem Nome é uma iniciativa anual que acontece desde 2022

"Hoje, para mim, não tem significado nenhum. Mas, antes significava muito. Eu aprendi a conviver com isso. Aprendi a viver sem o nome do meu pai", afirma Cristiano do Amaral, de 49 anos. Em quase cinco décadas de vida, foram apenas três dias de convívio com o pai, que não se dedicou ao exercício do cuidado e do afeto.

Na primeira quinzena deste mês, Cristiano foi até a Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs) com a sua nora Giovana Guedes e seu neto Arthur Guilherme Guedes, de três anos. O destino foi o mutirão Meu Pai Tem Nome, uma iniciativa anual do Conselho Nacional das Defensoras e Defensores Públicos-Gerais (Condege). A visita, contudo, não teve nenhuma relação com a sua própria certidão de nascimento.

Em abril de 2025, o pequeno Arthur perdeu o seu pai, Guilherme Souza do Amaral. A separação precoce veio antes do registro formal da paternidade. Quatro meses depois, o mutirão foi fundamental para a família realizar o reconhecimento. "Isso vai ajudar muito a gente. Eu fico muito agradecida e feliz por poder ver o nome dele ali. Tenho certeza de que ele adoraria", conta a mãe Giovana, de 22 anos.

Para o avô, o espaço disponibilizado pela Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul (DPE/RS) encurtou distâncias para um futuro melhor para o neto. "O Arthur não vai crescer como eu. Não vai ser mais uma criança sem o nome do pai. Registrar o nome do meu filho na certidão do meu neto é bem gratificante", explica Cristiano.

O Meu Pai Tem Nome é um projeto que acontece desde 2022 e visa estimular o reconhecimento da paternidade biológica e socioafetiva. "É um incentivo não só ao reconhecimento formal, que é o nome do pai na certidão de nascimento. Mas, também uma sensibilização a respeito de uma paternidade presente e afetiva, que realmente seja estruturante no desenvolvimento do indivíduo", explica a defensora pública Paula Simões Dutra de Oliveira, dirigente do Núcleo de Defesa da Criança e do Adolescente.

Entre 2020 e 2025, cerca de 770 mil brasileiros foram registrados sem o nome do pai na certidão de nascimento, segundo o Portal da Transparência. Somente no Rio Grande do Sul, pelo menos 35 mil recém-nascidos foram registrados apenas com o nome da mãe nos últimos cinco anos, de acordo com dados dos Cartórios de Registro Civil do RS.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), aponta que o reconhecimento do estado de filiação é um "direito personalíssimo, indisponível e imprescritível", que pode abrir uma série de portas, incluindo auxílios financeiros importantes para assegurar condições dignas de desenvolvimento. Mas, não para por aí.

"Uma das implicações relacionadas ao reconhecimento da paternidade é a obrigação daquele pai de prover o sustento, de pagar alimentos. Mas não é só isso que a gente pensa. A gente também pensa, realmente, como um suporte afetivo e estruturante", explica Paula. Foi com isso em mente, que construiu-se a programação do mutirão Meu Pai Tem Nome.

Quando descobriu a iniciativa, Maxwell Oliva da Silva, de 27 anos, não pensou duas vezes: pediu liberação do trabalho para ir até o mutirão. "Eu tenho um filho de cinco anos que não vejo há um ano e seis meses e eu quero colocar o meu nome no registro dele. Mas, a minha ex-esposa não aceita. Disse que eu não sou o pai, mas eu sei que eu sou. Quando ele nasceu, era eu que estava lá", explica.

O caso de Maxwell será judicializado, e todos os trâmites iniciais do processo, incluindo uma ligação à antiga companheira, puderam ser adiantados na tarde da última sexta-feira, contando com o suporte jurídico da Defensoria Pública do Estado. Para o pai, essa foi uma oportunidade valiosa. "Meu filho é tudo pra mim, eu só quero ser o pai que eu não tive", completa.

Além de oferecer atendimentos jurídicos, a programação, que se estendeu das 13h às 17h, contou com ações de reconhecimento à paternidade, incluindo a realização de coletas para exames de DNA. Também houveram atividades de educação em direitos, sessões de mediação familiar e oficinas de parentalidade responsável, com debates sobre a importância da figura paterna na vida de uma criança.

A psicóloga Simone Vieira da Cruz, que atua na DPE/RS, organizou uma dessas oficinas. A iniciativa explorou o significado de paternidade para cerca de 25 participantes. "Oportunizar espaço de reflexão e diálogo é fundamental para que a gente possa mudar o pensamento. E a gente certamente pode mudar para melhor", ressalta.

"A criança é um ser humano. Ela vai se tornar jovem, vai se tornar adulta e vai olhar para uma certidão de nascimento sem o reconhecimento paterno. Isso afeta o desenvolvimento emocional dessa pessoa. Mas, a questão do reconhecimento da paternidade não envolve apenas o fator biológico. Trata-se, acima disso, de reconhecer a importância da função paterna", completa Simone.

Opinião

Inteligência Artificial no Direito: a inevitabilidade já chegou

Klaus Riffel

Tenho acompanhado de perto a transformação silenciosa, mas avassaladora, que a Inteligência Artificial (IA) está promovendo no ecossistema jurídico brasileiro. E adiar a adoção da IA no Direito é um atalho para a obsolescência. A transformação digital no setor é profundamente necessária, além de ser inevitável.

O que vimos recentemente no Rio Grande do Sul é um exemplo claro disso, quando nosso Ministério Público começa a utilizar IA para analisar processos e depoimentos. Avanço que ultrapassa a digitalização, já que estamos diante de um modelo mais inteligente que pode cruzar grandes volumes de dados com precisão, rapidez e eficiência.

Impacto direto não só no cotidiano de promotores ou advogados, mas de todos nós cidadãos. Com o apoio da IA, o tempo para análise de uma denúncia pode ser reduzido e depoimentos longos e contraditórios passam a ser analisados com profundidade. O que aponta para uma solução para a justiça nacional: ela poderá ser mais célere, eficiente e próxima da realidade que desejamos.

Vejo que este não será um experimento isolado, mas o prenúncio de um novo padrão que irá redesenhar o mapa da justiça no Brasil. E vem para transformar a rotina de trabalho dos advogados, os custos para os clientes, o acesso e a velocidade com que direitos podem ser reconhecidos. Uma mudança sistêmica que reconfigura toda a engrenagem do sistema jurídico.

Porém, esse não é um caminho para ser percorrido de forma improvisada. A IA jurídica precisa ser adotada de forma responsável, com critérios técnicos, respeito à privacidade e atenção aos limites entre o que é automação e o que exige sensibilidade humana. Nesse cenário, empresas têm atuado como parceiras estratégicas nessa transição com objetivo de oferecer tecnologia alinhada à cultura de inovação jurídica, segura e ética.

O setor jurídico não será mais o mesmo, e essa é uma excelente notícia para o novo paradigma que estamos construindo. A incorporação da inteligência artificial inaugura um modelo de trabalho mais estratégico, colaborativo e orientado por dados, capaz de aumentar a eficiência e reduzir desigualdades no acesso à justiça. Aos líderes jurídicos cabe decidir se vão liderar essa transformação ou somente assistir.

Advogado e CEO da doc9

NOTAS

• O livro "Deveres dos administradores na crise pré-concursal", do advogado José Bráulio Petry Fonseca, é um estudo que aborda os deveres dos administradores de sociedades anônimas e limitadas em cenários de crise econômico-financeira anteriormente à instauração de processos de recuperação e falência. A obra está à venda no site da editora – loja.editoradialetica.com – e na Amazon.

• Para auxiliar os moradores de Porto Alegre e região que não têm condições de pagar um advogado, a Faculdade Anhanguera inaugurou o Núcleo de Práticas Jurídicas (NPJ) oferecendo atendimentos jurídicos gratuitos. A programação ocorre às terças, das 19h às 20h30min, quartas, das 08h às 10h30min e das19h às 20h30min, na própria Instituição, localizada na avenida Cavalhada, 4890. Agendamento pelo WhatsApp (51) 3092-5709.

Desde 1980 protegendo a inovação para você construir o futuro.

SKO OYARZÁBAL
MARCAS & PATENTES S/C
Ética ▪ Dinamismo ▪ Confiabilidade

www.sko.com.br | 51 3342.9323